

Novo Ensino Médio: relator aumenta aulas obrigatórias, mas abaixo do queria o MEC

Deputado federal Mendonça Filho (União-PE) relata tema na Câmara e afirma que relatório garante a oferta de ensino técnico e mantém principais eixos do Novo Ensino Médio.

Entenda em 5 pontos o que prevê o projeto de lei do governo para o Novo Ensino Médio

O deputado federal Mendonça Filho (União-PE) apresentou o relatório do projeto que propõe mudanças no Novo Ensino Médio, instituído em 2017. No texto, o relator aumenta horas de aula obrigatórias, mas abaixo da proposta de mudança apresentada pelo Ministério da Educação (MEC).

O governo federal enviou em outubro um projeto de Lei para o Congresso para ajustar pontos do Novo Ensino Médio, aprovado durante gestão de Mendonça Filho no MEC, durante o governo de Michel Temer (MDB).

O envio das propostas de mudanças foi feito em meio às críticas e problemas da reforma que mudou a grade curricular e oferta de disciplinas optativas em todas as escolas do país.

O relatório de Mendonça alterou a distribuição da carga horária total, que é de 3.000 horas totais durante os três anos, com carga horária diária de 5 horas, do Novo Ensino Médio que constava da proposta enviada pelo governo.

ENTENDA EM CINCO PONTOS AS MUDANÇAS NO NOVO ENSINO MÉDIO

Como é hoje o Novo Ensino Médio:

1.800 horas de para disciplinas obrigatórias; e

1.200 horas para optativas (itinerários formativos escolhidos pelo aluno).

Como o governo queria:

2.400 horas de para disciplinas obrigatórias; e

600 horas para optativas (itinerários formativos escolhidos pelo aluno).

Como o relator propõe:

2.100 horas de para disciplinas obrigatórias; e

900 horas para optativas (itinerários formativos escolhidos pelo aluno).

Elaboração do texto e votação

Caso a proposta de Mendonça Filho seja aprovada, a implementação das mudanças no Novo Ensino Médio devem ser realizadas a partir de 2025.

O projeto tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, o que permite que a proposta possa ser votada diretamente no plenário da casa. De acordo com Mendonça Filho, o projeto com as mudanças pode ser votado pela Câmara dos Deputados na próxima terça-feira (12).

Mendonça Filho (União-PE) afirma que o relatório garante a oferta de ensino técnico e mantém principais eixos do Novo Ensino Médio.

"Acho que a gente contemplou o governo, mas atendendo a demanda dos estados. E acho que a gente dialoga muito com a educação técnica profissionalizante", disse ao g1.

O deputado afirma que as mudanças no texto têm tido boa receptividade dos partidos e da sociedade. "Eu contemplei o que pude (do projeto de lei enviado pelo governo)", complementou Mendonça Filho.

O relatório

O texto apresentado por Mendonça Filho permite que 300 horas das 2.100 propostas para as disciplinas obrigatórias sejam destinadas ao aprofundamento em conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diretamente relacionados à formação técnica profissional.

A carga horária destinada à formação geral básica deverá ser ofertada de forma presencial. No entanto, admite, excepcionalmente, o ensino mediado por tecnologia, considerando as especificidades das regiões brasileiras, visando facilitar o direito à educação das pessoas que cursam a educação de jovens e adultos, a educação indígena, do campo, quilombola e demais modalidades da educação.

O novo texto também possibilita, a critério dos sistemas de ensino, a oferta de cursos técnicos de até 1.200 horas, de modo integrado ao ensino médio regular.

Mendonça Filho era ministro da Educação na criação do Novo Ensino Médio e relata, na Câmara, mudanças na política —

A redação alternativa apresentada pelo relator também possibilita que profissionais de notório saber ministrem aulas na educação profissional e tecnológica.

Com relação a segunda língua estrangeira, o substitutivo dá autonomia às redes estaduais para definir qual idioma será adotado, mas prevê a língua espanhola como preferencial.

De acordo com Mendonça Filho, o texto final do relatório contempla pontos do projeto original enviado pelo MEC, propostas de emendas apresentadas pelos deputados e questões colocadas por especialistas e pelas redes estaduais de educação.